



Estudo dos Relatórios de Sustentabilidade G3 A+ do *Global Reporting Initiative* (GRI) de Empresas Brasileiras

Joana Duarte Madalena
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)
joanaduartem@yahoo.com.br

Suliani Rover
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)
sulianirover@gmail.com

Denize Minatti Ferreira
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)
dminatti@terra.com.br

Luiz Felipe Ferreira
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)
luiz.felipe@ufsc.br

Resumo

O progressivo acesso à informação aproximou investidores e empresas, processo conhecido como globalização. Assim, recentemente, investidores vêm procurando empresas responsáveis socioambientalmente. Para suprir essa demanda, além de informações econômico-financeiras, as empresas vêm divulgando informações relevantes ao impacto social e ambiental. Nesse contexto, a presente pesquisa tem como objetivo analisar a divulgação das informações socioambientais dos relatórios de sustentabilidade no ano de 2013 das empresas brasileiras consideradas de nível de aplicação A+ G3 pelo *Global Reporting Initiative* (GRI) e avaliar se estão de acordo com o modelo proposto. A metodologia utilizada é descritiva, pontuando os indicadores divulgados, com abordagem quantitativa para que haja comparabilidade entre os relatórios, tanto de 2013 quanto de estudos anteriores. As fontes de dados coletadas foram secundárias e o instrumento de coleta utilizado foi o Relatório de Sustentabilidade divulgado pelas empresas, através deste verificou-se o total de Indicadores de Desempenho, por categorias (essencial e complementar). Para selecionar as empresas utilizou-se o Índice de Sustentabilidade Empresarial como universo, e dele foram extraídas as empresas que utilizam o modelo GRI G4A+. Os resultados evidenciaram que seis das nove empresas que divulgam o relatório G3 A+ o fizeram de acordo com o proposto pela GRI. Entretanto, nem todas as empresas divulgaram todos os indicadores sugeridos pelo modelo. Esses resultados, quando comparados com pesquisas anteriores, demonstraram que houve uma melhoria na divulgação da informação contida nos relatórios de sustentabilidade.

Palavras-chave: Sustentabilidade, Evidenciação, *Global Reporting Initiative* (GRI).



1 INTRODUÇÃO

O progressivo acesso à informação aproximou investidores, empresas e sociedade. Paralelamente, a conscientização ambiental aumentou com o processo de globalização. Consequentemente, os investidores vêm optando por empresas com práticas sustentáveis, as quais por esse motivo tendem a apresentar, no longo prazo, retornos financeiros superiores às demais (GRECCO, 2013). Surge então, a necessidade de divulgar informações relevantes ao impacto social, ambiental e econômico das empresas.

No cenário internacional a evidenciação ambiental, ou *disclosure* ambiental, está incorporada em várias regulamentações, estabelecida por organismos respeitáveis, a exemplo do Comitê de Normas Internacionais de Contabilidade – *International Accounting Standards Board* (IASB), cujo objetivo é criar normas globalmente aceitas com base nos princípios contábeis e do *International Standards of Accounting and Reporting* (ISAR), que orienta os países em desenvolvimento e economias em transição para implementar práticas de transparência corporativa e contábil, a fim de facilitar os fluxos de investimento e desenvolvimento econômico (ISAR, 2014).

Nos Estados Unidos existem duas grandes organizações que têm como objetivo emitir normas e regulamentos sobre o assunto: *Securities and Exchange Commission* (SEC), órgão governamental que protege investidores e mantém o mercado competitivo e eficiente; e *Financial Accounting Standards Board* (FASB), que procura estabelecer e melhorar os padrões da contabilidade financeira e suas divulgações através de demonstrativos de entidades não governamentais que fornecem informações aos investidores e outros usuários de relatórios financeiros.

Já no Brasil a evidenciação ambiental não é prevista em lei, mas tanto o Conselho Federal de Contabilidade (CFC), em sua Resolução 1.003/04, quanto o Instituto Brasileiro de Contadores (IBRACON), em sua Norma de Procedimento de Auditoria (NPA) Ambiental 11, de 1996, estabelecem normas de evidenciação ambiental.

A divulgação voluntária dos Relatórios de Sustentabilidade (RS) pode trazer benefícios às empresas como, por exemplo, a redução do custo de capital, o aumento da liquidez das ações e a criação de uma imagem ambientalmente correta (ROVER *et al.*, 2008).

Neste contexto, o *Global Reporting Initiative* (GRI) é uma organização, presente mundialmente, que busca estabelecer padrões de relatórios para uma melhor evidenciação das áreas social, ambiental e econômica, estes por sua vez, compõem o tripé da sustentabilidade (*triple bottomline*), permitindo identificar, mensurar e divulgar dados sobre as ações que estão sendo desenvolvidas pelas organizações (CHRISTOFI; CHRISTOFI; SISAYE, 2012).

Leite Filho, Prates e Guimarães (2009), analisaram os níveis de evidenciação dos Relatórios de Sustentabilidade das empresas Brasileiras A+ do *Global Reporting Initiative* no ano de 2007, com o objetivo de avaliar o nível de evidenciação das informações socioambientais dos relatórios. Tal pesquisa revelou que existem várias falhas quanto à extensão e qualidade do atendimento às recomendações da GRI.

Passados sete anos desde a publicação do artigo de Leite Filho, Prates e Guimarães (2009), e considerando que houveram atualizações nas diretrizes GRI, pergunta-se: Como está o nível de evidenciação dos Relatórios de Sustentabilidade de 2013 de empresas brasileiras?



Assim, o presente artigo objetiva analisar as informações socioambientais dos Relatórios de Sustentabilidade no ano de 2013 das empresas consideradas com nível de aplicação G3 A+ pelo *Global Reporting Initiative* no mercado brasileiro.

Este estudo está organizado em cinco partes, iniciando com esta introdução. Na sequência, apresenta-se o referencial teórico discorrendo sobre a evidenciação socioambiental e *Global Reporting Initiative* (GRI). Na terceira parte, apresenta-se a metodologia utilizada e, em seguida, a descrição e análise dos resultados. Por fim, na última parte, destacam-se as considerações finais do trabalho.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Evidenciação Socioambiental

De acordo com Christofi, Christofi e Sisaye (2012), a preocupação com a conservação ambiental teve início entre os anos 50 e 60, quando a industrialização teve forte incentivo governamental. Mas seu conceito foi popularizado somente por Brundtland (1989), primeira ministra da Noruega, que durante o Fórum sobre Mudança Global e Nosso Futuro Comum – *Forum on Global Change and Our Common Future*, discursou sobre as implicações ambientais de políticas públicas.

Dentre outros avanços políticos, cabe ressaltar, a conferência sobre meio ambiente, ECO-92 no Rio de Janeiro, 1992, que criou metas ambientais presentes até os dias de hoje, que vêm sendo atualizadas.

No Brasil algumas empresas divulgam voluntariamente os Relatórios de Sustentabilidade. Em um estudo realizado por Rover *et al.* (2012) sobre as razões que levam ao *disclosure* voluntário é destacada a teoria positiva da contabilidade. Esta teoria diz respeito aos determinantes de padrões contábeis, os quais as empresas tendem a adotar, principalmente, os que resultam em maior valor das ações ou bônus de desempenho (WATTS; ZIMMERMAN, 1978). Nakabiito e Udechukwu (2008) procuraram fatores que influenciam o grau de evidenciação nos Relatórios de Sustentabilidade, destacando, entre outras, a teoria da legitimidade. Essa segunda teoria, de Shocker e Sethi (1973), afirma que como o acesso aos recursos financeiros não é um direito das empresas e como existe uma preocupação crescente com a sustentabilidade, as mesmas procuram convencê-los evidenciando que as informações divulgadas são legítimas.

Pela importância que se tem dado à transparência e divulgação das informações contábeis, diversos autores vêm direcionando seus estudos nesta temática. Esta pesquisa visa atualizar informações obtidas por Leite Filho, Prates e Guimarães (2009), que analisaram o nível de evidenciação das informações socioambientais dos relatórios de sustentabilidade no ano de 2007 das empresas consideradas com nível de aplicação A+ pelo *Global Reporting Initiative*. Os resultados encontrados revelam que as empresas não atenderam aos níveis de evidenciação proposto pelas diretrizes, ou seja, divulgaram o relatório de sustentabilidade com informações abaixo do ideal.

Em um comparativo das evidenciações ambientais através da contabilidade Lindstaed e Ott (2009) realizaram um estudo entre as normas norte americanas e brasileiras com relação às normas internacionais (ISAR/UNCTAD). Demonstraram que as normas americanas estão



preocupadas em divulgar informações financeiras, com foco na proteção ao investidor, sem maiores detalhes em relação às questões socioambientais; já as brasileiras, apresentaram um nível de detalhamento muito inferior ao recomendado pelo ISAR/UNCTAD. Sabe-se, portanto, que no quesito normativo, ambas as normas americanas e brasileiras necessitam de aperfeiçoamentos para melhor evidenciar os impactos socioambientais.

Como já mencionado, Rover *et al.* (2012) propuseram identificar os fatores que determinam a divulgação voluntária ambiental por empresas brasileiras potencialmente poluidoras. Seu trabalho constatou que alguns fatores são relevantes para caracterizar que empresas estão publicando relatórios confiáveis, tais como o tamanho da empresa, a existência ou não de auditoria, sustentabilidade e publicação. O Relatório de Sustentabilidade é relevante para determinar se a empresa divulga, ou não, voluntariamente informações ambientais, considerando um nível de 5% de significância estatística. A pesquisa destaca o fato de que as maiores empresas, as que possuem mais recursos, são as que melhor evidenciam tais informações voluntárias.

Por outro ângulo, Costa e Menichini (2013), utilizaram uma abordagem multidimensional para avaliar o *disclosure* socioambiental, pela percepção dos *stakeholders*, através da lógica *fuzzy* (lógica difusa). Esse estudo concluiu que a percepção do *stakeholders* sobre os Relatórios de Sustentabilidade é um fator determinante no retorno que as empresas obtêm por divulgarem informações socioambientais, propondo utilizar os indicadores das diretrizes GRI como método de divulgação.

Muito vem sendo feito para melhorar o nível de *disclosure*. Corrêa *et al.* (2012), em um dos estudos mais recentes sobre o evolutivo dos níveis de aplicação de Relatórios de Sustentabilidade, demonstraram que, ao decorrer os anos, as empresas pesquisadas aumentaram seu nível de divulgação através dos dados autodeclarados da GRI. Legitimando o GRI como um dos modelos mais utilizados, onde 30 de 45 empresas em 2010 do Índice de Sustentabilidade (ISE) BM&FBovespa utilizaram as diretrizes GRI para divulgar seus RS.

Roca e Searcy (2012) analisaram os indicadores divulgados nos Relatórios de Sustentabilidade Canadenses de empresas daquele país relativos a 2008. Os resultados corroboram o estudo de Corrêa *et al.* (2012), mostrando os indicadores propostos pelo GRI como os mais utilizados.

Já Freundlieb e Teuteberg (2013) em análise qualitativa e quantitativa dos relatórios de empresas dos Estados Unidos, Alemanha, e Europa estudaram diferenças ao longo do tempo, com intuito de descobrir se há mau uso do *disclosure* socioambiental como maquiagem verde. A pesquisa conclui que as empresas tendem a escolher quais informações divulgam, mesmo enquanto atendendo às diretrizes da GRI. Apesar de verificar que a maioria das empresas estudadas utilizou opinião de departamentos de relações públicas ou exteriores, ao invés dos departamentos ambientais – o que contribui com as críticas de que os relatórios utilizam estratégias de maquiagem verde, verificaram, porém que a tendência é que haja um equilíbrio para a divulgação socioambiental.

O estudo de Hahn e Lülfs (2014) aborda a qualidade do *disclosure*. Os autores buscaram identificar maneiras de legitimar os aspectos negativos. Usando uma análise qualitativa dos relatórios que atendem às diretrizes GRI, foram identificadas seis estratégias utilizadas para negociar os aspectos negativos com o objetivo de demonstrar que é possível equilibrar os



relatórios com informações positivas e negativas. As estratégias identificadas foram: marginalização, abstração, fatos indicadores, racionalização, autorização, e ações corretivas. Na opinião desses autores as diretrizes GRI são vagas no que diz respeito aos impactos negativos, deixando espaço para interpretações. Assim, sugerem que ser transparente nem sempre é o suficiente, existe a necessidade de mostrar quais ações que geraram o impacto negativo, identificar a urgência em achar uma solução e, finalmente, as consequências devem ser explicadas e demonstradas por ações concretas. Para os autores, essas informações são necessárias para que a divulgação de informações negativas se torne “holística”, ou completa, para o usuário externo, *stakeholder*, que por sua vez teria mais informação para tomar suas decisões.

Portanto, sabe-se que, o GRI está consolidado mundialmente e de que e que é uma ferramenta capaz de suprir as necessidades mercadológicas, mas existe necessidade de melhoramento da evidenciação ambiental.

2.2 Global Reporting Initiative (GRI)

Fundada em 1997, a *Global Reporting Initiative* surgiu para criar um mecanismo de *accountability*, termo amplo que significa responsabilização ou demonstrar responsabilidade para com seus colaboradores, que garantisse com que as empresas seguissem uma conduta ambiental responsável (GRI, 2014).

A organização tem como objetivo principal desenvolver e disseminar diretrizes para elaboração de relatórios de sustentabilidade, inclusive segregando as diretrizes para setores específicos. Para tanto, vem desenvolvendo padrões que promovam a fácil comparabilidade, dando maior credibilidade às diretrizes (GRI, 2014).

De acordo com suas diretrizes G3 (2014), os relatórios devem conter indicadores essenciais do desempenho e indicadores complementares. Sendo que, os indicadores essenciais proporcionam comparabilidade e as complementares práticas relevantes. Além de serem divididos entre essencial e complementar, os indicadores também estão divididos em categorias, tornando a informação mais acessível. Na Tabela 1, pode-se observar as quantidades de indicadores por categoria de acordo com as Diretrizes G3 da GRI.

Tabela 1 – Quantidade de indicadores de desempenho por categoria (Diretrizes G3)

Indicador de Desempenho	Essencial	Complementar	Total
Econômico	7	2	9
Ambiental	17	13	30
Práticas Laborais	9	5	14
Direitos Humanos	6	3	9
Sociedade	6	2	8
Responsabilidade com Produto	4	5	9
Total	49	30	79

Fonte: Diretrizes G3 (2014)

Ainda no seu Relatório de Sustentabilidade a empresa deve declarar o nível de aplicação da estrutura de Relatórios da GRI. O nível de aplicação é um sistema de critérios que visa atender as necessidades de relatores iniciantes, intermediários e avançados: C, B e A. Ter um parecer externo da autodeclaração, ou solicitar à GRI que examine a mesma, garante à empresa um nível a mais (+): C se torna C+; B se torna B+; e A se torna A+ (Figura 1).

Figura 1 – Critérios para os Níveis de Aplicação

Relatório		C	C+	B	B+	A	A+
Níveis de aplicação							
Conteúdo do Relatório	Perfil da G3	Responder aos itens: 1.1; 2.1 a 2.10; 3.1 a 3.8, 3.10 a 3.12; 4.1 a 4.4, 4.14 a 4.15.		Responder a todos os critérios elencados para o Nível C mais: 1.2; 3.9, 3.13; 4.5 a 4.13, 4.16 a 4.17.		O mesmo exigido para o nível B	
	Informações sobre a Forma de Gestão da G3	Não exigido	Com Verificação Externa	Informações sobre a Forma de Gestão para cada Categoria de Indicador	Com Verificação Externa	Forma de Gestão divulgada para cada Categoria de Indicador	Com Verificação Externa
	Indicadores de Desempenho da G3 & Indicadores de Desempenho do Suplemento Setorial	Responder a um mínimo de 10 Indicadores de Desempenho, incluindo pelo menos um de cada uma das seguintes áreas de desempenho: social, econômico e ambiental.		Responder a um mínimo de 20 Indicadores de Desempenho, incluindo pelo menos um de cada uma das seguintes áreas de desempenho: econômico, ambiental, dir. humanos, práticas trabalhistas, sociedade, responsabilidade pelo produto.		Responder a cada Indicador essencial da G3 e do Suplemento Setorial* com a devida consideração ao Princípio da materialidade de uma das seguintes formas: a) respondendo ao indicador ou b) explicando o motivo da omissão.	

*Suplemento Setorial em sua versão final.

Fonte: Níveis de Aplicação da GRI (2014).

No ano de 2013, a GRI lançou novas diretrizes, G4, mudando a divulgação de níveis de aplicação de “C, B e A” para “essencial e abrangente”. O objetivo das diretrizes G4 é auxiliar os relatores a elaborar Relatórios de Sustentabilidade relevantes, assim como tornar o processo de divulgação sobre questões de sustentabilidade uma prática padrão entre as entidades (GRI, 2013).

3 METODOLOGIA

Para atender ao objetivo desse artigo as fontes de dados coletadas foram secundárias e o instrumento de coleta utilizado foi o Relatório de Sustentabilidade de 2013 divulgado pelas empresas de capital aberto pertencentes ao nível A+ de evidenciação da versão G3 da GRI. A metodologia aplicada é descritiva com uma abordagem quantitativa. A coleta de dados foi feita através de pesquisa documental por meio de análise de conteúdo. O critério de escolha das empresas para composição da amostra foi embasado na listagem de empresas pertencentes ao Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE).

Ademais, como o presente trabalho propõe atualizar a pesquisa de Leite Filho, Prates e Guimarães (2009) não foram estudadas as empresas que divulgam os relatórios por meio das

diretrizes G4 da GRI. Assim, para que fosse possível comparar com estudos anteriores, optou-se por analisar neste artigo as empresas que divulgaram em 2013 o Relatório de Sustentabilidade conforme a versão G3 da GRI. Os autores optaram como critério de escolha da amostra a listagem GRI 2008 *Reporters*, que infelizmente não pode ser encontrado para o ano de 2013.

A pesquisa e análise inicial dos relatórios resultou no Quadro 1, que demonstra todas as empresas pertencentes ao ISE 2013 de acordo com o modelo escolhido para divulgação das informações, assim, estabelecendo o universo.

Quadro 1 – Modelo de divulgação dos Relatórios de Sustentabilidade das empresas pertencentes ao ISE

Empresa	Modelo de Divulgação	Empresa	Modelo de Divulgação
AES Tietê	G3 B+	Fibria	G4 Abrangente
Banco do Brasil	G4 Abrangente	Gerdau	Não especificou
BicBanco	G3 B+	Itaú-Unibanco	G4 Essencial
Bradesco	G4	Itausa	G4 Abrangente
Braskem	G4	Light	G4 Abrangente
BRF	G4	MET Gerdau	Não especificou
CCR	G3 A+	Natura	G4 Abrangente
Cemig	G3 A+	OI	G3 B
Cesp	G3 B+	Sabesp	G3 B
Coelce	G3 A+	Santander	G3 A+
Copasa	G3 B+	SulAmerica	G3 A+
Copel	G4 Essencial	Suzano	G4
CPFL	G4	Telefonica	G3 A+
Duralex	G4	TIM	G3 B+
Ecorodovias	G3 A+	Tractebel	G4 Abrangente
EDP	G3 A+	Ultrapar	Não especificou
Eletrobras	G3 B+	Vale	G3 A+
Eletropaulo	G3 B+	WEG	G3 B
Even	G4	Total Empresas	37

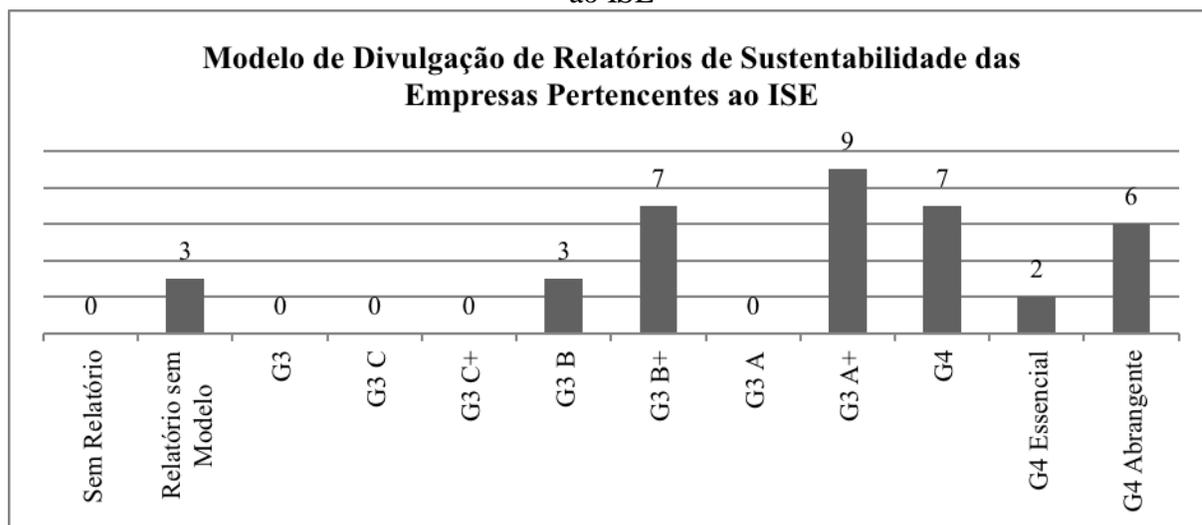
Fonte: Autores (2014)

O universo da pesquisa é composto por empresas brasileiras, pertencentes ao ISE, totalizando 37. Das quais, 15 divulgam o Relatório de Sustentabilidade pelas diretrizes G4 da GRI e 19 pelas diretrizes G3 (Gráfico 1). Até a etapa de análise dos dados deste artigo não foi possível identificar qual o modelo de divulgação do Relatório de Sustentabilidade utilizado pelas 3 últimas empresas do universo: Gerdau, Metalúrgica Gerdau e Ultrapar.

Para uma melhor visualização do alcance do modelo GRI, o Gráfico 1 quantifica os modelos de divulgação descritos no Quadro 1 referente ao universo da pesquisa. Analisando o

universo da pesquisa verifica-se que entre as empresas que publicaram o Relatório de Sustentabilidade a maioria utilizou as diretrizes G3 ou G4. Das empresas que divulgam G3 nenhuma optou por divulgar através dos níveis C, C+ e A. Além disso, nota-se que das empresas que optaram pela G3 escolheram um nível de divulgação. Já entre as empresas que optaram pela G4, seis não divulgaram explicitamente qual o nível de evidenciação.

Gráfico 1 – Modelo de divulgação de Relatórios de Sustentabilidade das empresas pertencentes ao ISE



Fonte: Autores (2014)

Dentro deste universo, são 19 as empresas que utilizaram como modelo de divulgação GRI G3, das quais apenas 9 declaram nível de evidenciação A+. Portanto, a amostra contempla as empresas: CCR, Cemig, Cesp, Ecorodovias, EDP, Santander, SulAmerica, Telefonica e Vale.

3.1 Delimitações da Pesquisa

Como verificado, nem todas as empresas publicam, explicitamente, que adotam as diretrizes GRI em seus relatórios, o que dificultou a identificação das empresas a serem analisadas, a exemplo do Grupo Gerdau e Ultrapar.

Há, também, um número reduzido de empresas que estão no nível de divulgação A+, apesar desse número estar crescendo, como evidenciado por Corrêa *et al.* (2012) que constataram que houve uma evolução significativa na adoção ao modelo GRI pelas empresas nos três níveis (mundo, Brasil e Índice de Sustentabilidade Empresarial) entre os anos de 1999 e 2010.

A análise foi feita sobre os dados coletados, que devem estar conforme o padrão do Quadro 2, estabelecido pelas diretrizes do GRI. O relatório está subdividido em três partes: (i) Perfil da Organização, (ii) Abordagem de Gestão e (iii) Indicadores de Desempenho.

Nesta pesquisa foi avaliada somente a terceira parte, que trata dos Indicadores de Desempenho descritos na Tabela 1, que estabelece o modelo padrão pelo qual as empresas deveriam realizar a divulgação.

Quadro 2 – Conteúdo dos relatórios GRI

Conteúdo dos relatórios GRI	
Perfil da empresa	
Abordagens da Gestão	
Indicadores de Desempenho	Quantidade
(EC) Desempenho Econômico	9
(EN) Desempenho Ambiental	30
(LA) Práticas Laborais e Trabalho Condigno	14
(HR) Direitos Humanos	9
(SO) Sociedade	8
(PR) Responsabilidade pelo Produto	9
Total	79

Fonte: Adaptado das Diretrizes G3 (2014)

Ainda como delimitação, ao contrário da pesquisa de Leite Filho, Prates e Guimarães (2009), avaliou-se apenas se a quantidade de indicadores evidenciados que estão de acordo com o padrão, não entrando no detalhe de sua qualidade. O universo da pesquisa também é diferente dos autores, uma vez que não foi possível encontrar no sítio eletrônico da GRI a lista das empresas que utilizaram seu modelo para evidenciação. Optou-se, então, por utilizar a lista das empresas pertencentes ao ISE como delimitador.

4 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Por meio de análise descritiva verificou-se o total de Indicadores de Desempenho, por categorias (essencial e complementar), no Relatório de Sustentabilidade de cada empresa. Os indicadores de desempenho foram quantificados e segregados por categoria e empresa.

A Tabela 2 demonstra que 6 empresas estão de acordo com o padrão estabelecido pelas diretrizes G3 da GRI, por divulgarem todos os indicadores essenciais de cada indicador, são elas: Cemig, Cesp, EDP, Santander, Telefonica e Vale (destacadas em cinza). Ainda na mesma tabela é possível notar que algumas empresas não evidenciaram de acordo com o modelo proposto. Ressalta-se que a empresa CCR, em seu relatório, menciona utilizar as diretrizes G3 A+ da GRI, porém não informa os Indicadores de Desempenho no documento, logo, não foi utilizada para os cálculos de média e desvio padrão, realizados na Tabela 2.

As empresas Cemig, Cesp, EDP, Santander, Telefonica, Vale, ou seja, 6 das 9 empresas estudadas (66,67%) apresentaram todos os Indicadores de Desempenho na categoria essencial (49) sugeridos. Por outro lado, 3 das 9 empresas (33,33%) não divulgaram a quantidade de indicadores sugeridos, são elas: CCR (0), Ecorodovias (38), SulAmerica (36). Esses dados demonstram uma melhora em relação ao estudo anterior de Leite Filho, Prates e Guimarães (2009), onde nenhuma empresa havia evidenciado de acordo com o sugerido.

Tabela 2 – Análise dos Relatórios de Sustentabilidade

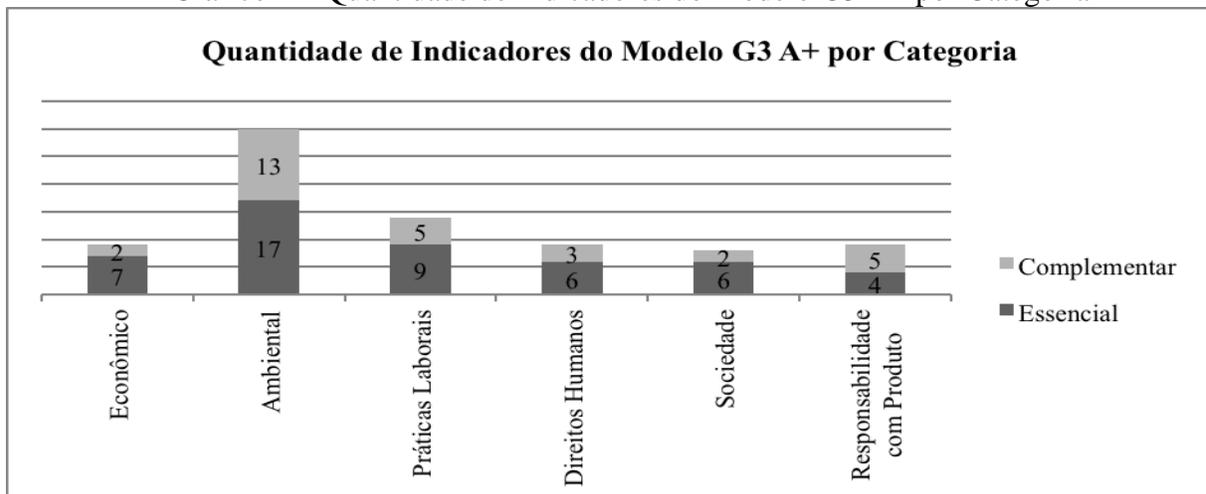
Indicadores de Desempenho	CCR	Cemig	Cesp	Ecorodovias	EDP	Santander	SulAmerica	Telefonica	Vale	Modelo	Média	Desvio Padrão
Econômico	0	7	7	6	7	7	2	7	7	7	6,25	1,64
Ambiental	0	17	17	10	17	17	14	17	17	17	15,75	2,38
Práticas Laborais	0	9	9	9	9	9	8	9	9	9	8,88	0,33
Direitos Humanos	0	6	6	4	6	6	6	6	6	6	5,75	0,66
Sociedade	0	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6,00	0,00
Responsabilidade com Produto	0	4	4	3	4	4	0	4	4	4	3,38	1,32
Total	0	49	49	38	49	49	36	49	49	49	40,89	15,27

Fonte: Autores (2014)

Na tabela 2, nota-se que a média de indicadores divulgados foi 40,89 indicadores, sendo que o modelo exige 49, e em média 15,27 indicadores não estão de acordo com o padrão (desvio padrão). As médias que mais se aproximam ao padrão são dos Indicadores de Desempenho de Práticas Laborais (média 8,88) e Direitos Humanos (média 5,75) que, respectivamente, representam 0,33 e 0,66 de desvio do modelo padrão. O desvio padrão em relação ao Total de Indicadores de Desempenho (49) é 15,27. É possível destacar que os Indicadores de Desempenho Social referente à Sociedade (6) possuem o menor desvio padrão, 0,00, pois foi o único a ser atendido por todas as empresas, desconsiderando a empresa CCR.

Para uma melhor visualização, o Gráfico 2 faz um comparativo entre a composição dos Indicadores de Desempenho coletados na amostra, divididos por categoria Essencial e Complementar. Sugere-se que seja divulgado de acordo com o modelo padrão.

Gráfico 2 – Quantidade de Indicadores do Modelo G3 A+ por Categoria



Fonte: Autores (2014)

Na maioria dos casos os indicadores essenciais são em maior quantidade em relação aos indicadores complementares, com exceção do indicador de Responsabilidade com o Produto, 4 essenciais e 5 complementares. O modelo solicita uma quantidade consideravelmente maior dos indicadores Ambientais (30) em relação aos outros indicadores, Econômico (9), Práticas Laborais (14), Direitos Humanos (9), Sociedade (7), Responsabilidade com o Produto (9), totalizando 79. O Gráfico 2 apresenta a quantidade de indicadores de acordo com o modelo GRI G3 A+.

Na Tabela 3 estão quantificados os indicadores evidenciados nos relatórios. Em destaque, é possível verificar as empresas que atenderam ao sugerido pelo modelo G3 A+. Nota-se que as empresas Cemig, Cesp, EDP, Santander, Telefonica e Vale atenderam ao modelo proposto. As células da tabela que estão em destaque (cinza) estão de acordo com o modelo. Ou seja, para que o título de uma coluna ou linha esteja destacado a mesma deve conter todas as suas células conformes ao modelo. Para isso optou-se por excluir a empresa CCR que não evidenciou nenhum indicador.

Tabela 3 – Quantidade de Indicadores Evidenciados por Empresa

Indicador de Desempenho		CCR	Cemig	Cesp	Ecorodovias	EDP	Santander	SulAmerica	Telefonica	Vale	Modelo G3 A+
Econômico	Essencial	0	7	7	6	7	7	2	7	7	7
	Complementar	0	2	2	2	2	0	0	2	2	2
Ambiental	Essencial	0	17	17	10	17	17	14	17	17	17
	Complementar	0	13	13	6	13	0	6	13	13	13
Práticas Laborais	Essencial	0	9	9	9	9	9	8	9	9	9
	Complementar	0	5	5	4	5	0	5	5	5	5
Direitos Humanos	Essencial	0	6	6	4	6	6	6	6	6	6
	Complementar	0	3	3	3	3	0	1	3	3	3
Sociedade	Essencial	0	6	6	6	6	6	6	6	6	6
	Complementar	0	2	2	2	2	0	0	2	2	2
Responsabilidade com Produto	Essencial	0	4	4	3	4	4	0	4	4	4
	Complementar	0	5	5	3	5	0	2	5	5	5
Total	Essencial	0	49	49	38	49	49	36	49	49	49
	Complementar	0	30	30	20	30	0	14	30	30	30

Fonte: Autores (2014)

Nota-se que, dentre todos os indicadores, o único que foi atendido por todas as empresas foi o de “Sociedade” na modalidade essencial, lembrando que para essa análise foi excluída a empresa CCR. Nenhum dos indicadores foram atendidos completamente nas modalidades essencial e complementar (Tabela 3).

No que diz respeito aos indicadores da categoria complementar, que não são determinantes de conformidade ao modelo GRI G3 A+, nota-se que todas as empresas, menos a Santander, que atenderam à categoria essencial também atenderam à categoria complementar. A empresa Santander optou por divulgar apenas um indicador da categoria complementar, um Indicador Econômico, conforme apresentado na Tabela 3.

Os resultados da coleta para os Indicadores de Desempenho Econômico (Tabela 3), considerando o modelo de 7 indicadores essenciais e 2 complementares, demonstram que as empresas Cemig, Cesp, EDP, Telefonica e Vale estão de acordo com o modelo. Onde, três das nove empresas – CCR, Ecorodovias e SulAmerica, não evidenciaram todos os indicadores essenciais. Quanto aos indicadores complementares, as empresas CCR, Santander e SulAmerica não divulgaram os dois indicadores sugeridos. Os Indicadores de Desempenho Econômico estão divididos em três aspectos: desempenho econômico, presença no mercado e impactos econômicos indiretos, “Apoio financeiro significativo recebido do governo (EC4)” é um exemplo de aspecto de desempenho econômico.

No que diz respeito aos Indicadores de Desempenho Ambiental (Tabela 3), considerando o modelo de 17 indicadores essenciais e 13 complementares, as empresas Cemig, Cesp, EDP, Telefonica e Vale estão de acordo. Cinco das nove empresas divulgaram todos os indicadores complementares. As empresas CCR, Ecorodovias, Santander e SulAmerica optaram por não divulgar ou divulgar apenas alguns. A quantidade de Indicadores de Desempenho Econômicos são em maior número, quando comparado aos outros indicadores, pois revelam aspectos como: materiais; energia; água; biodiversidade; emissões, efluentes e resíduos; produtos e serviços; transporte; geral. Como exemplo cita-se o indicador do aspecto energia “Consumo direto de energia, discriminado por fonte de energia primária (EN3)”.

No que diz respeito aos Indicadores de Desempenho de Práticas Laborais e Trabalho Condigno devem ser divulgados 9 indicadores essenciais e 5 complementares (Tabela 3). Novamente, nota-se que as empresas Cemig, Cesp, EDP, Telefonica e Vale estão de acordo com o modelo. Quase todas divulgaram os indicadores complementares, entretanto, a CCR e Santander divulgaram zero, e a Ecorodovias divulgou quatro das cinco sugeridas. Este indicador está dividido em cinco aspectos: emprego; relações entre funcionários e administração; segurança e saúde no trabalho; formação e educação; diversidade e igualdade de oportunidades. Esse indicador evidencia como é a força de trabalho dentro da empresa, incluindo o indicador de aspecto de relação entre funcionários e administração: “Percentual de empregados abrangidos por acordos de negociação coletiva (LA4)”.

Os resultados da coleta para os Indicadores de Desempenho Social: Direitos Humanos mostram que estão de acordo com o padrão, onde devem ser divulgados 6 indicadores essenciais e 3 complementares (Tabela 3). As empresas Cemig, Cesp, EDP, Telefonica e Vale estão de acordo. As empresas CCR e SulAmerica não divulgaram nenhum dos indicadores complementares. A Santander divulgou um. Esses indicadores, na maioria das vezes, não são medidos, mas simplesmente mencionados, seus aspectos são: práticas de investimento e de



aquisições; não discriminação; liberdade de associação e acordo de negociação coletiva; trabalho infantil; trabalho forçado e escravo; práticas de segurança; e direitos dos povos indígenas. São normalmente negativos, onde a empresa confirma “não fazer” ou contrata terceiros com a mesma prerrogativa, é o caso de “Número total de casos de violação de direitos dos povos indígenas e medidas tomadas (HR9)” ou “Operações identificadas como de risco significativo de ocorrência de trabalho infantil e as medidas tomadas para contribuir para a abolição do trabalho infantil (HR6)”. Há também alguns mensuráveis: “Número total de casos de discriminação e as medidas tomadas (HR4)” e “Percentual de empresas contratadas e fornecedores críticos que foram submetidos a avaliações referentes a direitos humanos e as medidas tomadas (HR2)”.

Os únicos indicadores essenciais que obtiveram evidenciação por parte de todas as empresas da amostra, com exceção da CCR, foram os de Desempenho Social referente à Sociedade (Tabela 3). Seu modelo sugere 6 indicadores essenciais e 2 complementares. Da mesma forma que os indicadores anteriores, as empresas Cemig, Cesp, Ecorodovias, EDP, Telefonica e Vale estão de acordo. Novamente, as empresas CCR, Santander e SulAmerica, não divulgaram nenhum indicador complementar. Este indicador está dividido nos aspectos: comunidade; corrupção; políticas públicas; concorrência desleal; e conformidade. São exemplos: “Medidas tomadas em resposta a casos de corrupção (SO4)” e “Valor monetário de multas significativas e número total de sanções não monetárias resultantes da não conformidade com leis e regulamentos (SO8)”.

Por último, os resultados da coleta para os Indicadores de Desempenho referentes à Responsabilidade pelo Produto, cujo modelo sugere divulgar 4 indicadores essenciais e 5 complementares (Tabela 3). As empresas Cemig, Cesp, EDP, Telefonica e Vale estão de acordo. A divulgação dos indicadores complementares foi variada, as empresas CCR e Santander não divulgaram, a Ecorodovias divulgou três dos cinco sugeridos, e a SulAmerica dois dos cinco. Os aspectos que subdividem esses indicadores são: saúde e segurança do cliente; rotulagem de produtos e serviços; comunicações de marketing; privacidade do cliente; e conformidade. Como exemplo, pode-se destacar “Número total de reclamações comprovadas relativas a violação de privacidade e perda de dados de clientes (PR8)”.

Em comparação ao estudo feito anteriormente por Leite Filho, Prates e Guimarães (2009), onde os resultados mostraram que nenhuma empresa da amostra atendeu ao nível ideal de evidenciação, pode-se dizer que houve uma melhora nos resultados. A começar pelo número de empresas da amostra, o estudo anterior obteve seis empresas (Natura, Petrobras, Bunge, Banco Real, Bradesco e Itaú), já em 2013 aumentou para nove (CCR, Cemig, Cesp, Ecorodovias, EDP, Santander, SulAmerica, Telefonica e Vale), houve um aumento de 150%. Sabe-se também que nenhuma das seis empresas do estudo anterior evidenciou todos os indicadores essenciais para cumprir com as obrigações do GRI G3 A+, assim como não apresentou a totalidade dos complementares, que não são obrigatórios. Já em 2013 seis das nove empresas evidenciaram todos os indicadores essenciais, aumentando de 0% para 66,67%, e cinco das nove evidenciaram todos os essenciais e os complementares, representando 55,56%.



5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A principal preocupação deste trabalho é a de evidenciar a melhoria na divulgação socioambiental. Uma vez que os impactos relacionados ao assunto vêm sendo cada vez mais escrutinados, na medida que a informação é difundida e seu entendimento é maior entre a população. Essa conscientização tem importante papel nas empresas, pois exerce pressão para que elas estejam de acordo com as mudanças do mercado acionário.

Esta pesquisa teve como objetivo analisar as informações socioambientais dos Relatórios de Sustentabilidade no ano de 2013 de empresas brasileiras consideradas de nível de aplicação A+ G3 pelo *Global Reporting Initiative*.

Os dados foram coletados com intuito de quantificar os indicadores de desempenho, enquanto essencial e complementar, estão de acordo com o sugerido pelas diretrizes GRI. O processo de coleta dos indicadores se iniciou através da coleta dos Relatórios de Sustentabilidade, na maioria divulgados nos Relatórios Anuais e também disjunta de qualquer demonstração. A partir dos relatórios de cada empresa, foi identificado o modelo de divulgação escolhido pelas empresas, sendo que a amostra contemplou o modelo G3 A+. A partir da amostra foi feita uma análise entre o modelo padrão e o modelo divulgado pelas empresas.

Os dados coletados por Leite Filho, Prates e Guimarães (2009), demonstraram que nenhuma empresa seguiu o padrão GRI no ano de 2007, ou seja, estavam abaixo do ideal sugerido. Já os dados coletados nessa pesquisa, demonstraram que 55,56% das empresas seguiu o padrão das diretrizes, considerando as categorias (essencial e complementar). Comparativamente, é possível notar que houve considerável melhoria, validando, assim, a assertiva de que ao decorrer os anos as empresas tendem a aumentar seu nível de divulgação através dos níveis autodeclarados da GRI (CORRÊA *et al.*, 2012).

Uma das limitações dessa pesquisa é o número reduzido da amostra, que não permite uma melhor análise estatística representativa. Como sugestão para futuros estudos, sugere-se verificar empresas internacionais, para que a amostra seja mais representativa, permitindo assim, um estudo estatístico da amostra, bem como estudos setoriais.

REFERÊNCIAS

BRUNDTLAND, G. H. Global change and our common future. **Environment**, v. 31, n. 5, p. p16 (9p), jun. 1989.

CFC, C. F. DE C. **Resolução 1.003/04, NBC T 15**, [s.d.]. Disponível em: <http://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2004/001003>. Acesso em: 8 nov. 2014.

CHRISTOFI, A.; CHRISTOFI, P.; SISAYE, S. Corporate sustainability: historical development and reporting practices. **Management Research Review**, v. 35, n. 2, p. 157–172, 20 jan. 2012.



CORRÊA, R. et al. Evolução dos Níveis de Aplicação de Relatórios de Sustentabilidade (GRI) de Empresas do ISE/Bovespa. **Sociedade, Contabilidade e Gestão**, v. 7, n. 2, 2012.

COSTA, R.; MENICHINI, T. A multidimensional approach for CSR assessment: The importance of the stakeholder perception. **Expert Systems with Applications**, v. 40, n. 1, p. 150–161, jan. 2013.

FREUNDLIEB, M.; TEUTEBERG, F. Corporate social responsibility reporting-a transnational analysis of online corporate social responsibility reports by market-listed companies: contents and their evolution. **International Journal of Innovation and Sustainable Development**, v. 7, n. 1, p. 1–26, 2013.

GRECCO, T. Por que investimentos sustentáveis? **Valor Econômico**, São Paulo. 03 set. 2013. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/carreira/3256076/por-que-investimentos-sustentaveis#ixzz2dvy0a0e8>>. Acesso em: 10 de abril de 2015.

GRI. **WHAT IS GRI?**, 11 maio 2014. Disponível em: <<https://www.globalreporting.org/information/about-gri/what-is-GRI/Pages/default.aspx>>. Acesso em: 11 maio. 2014.

GRI DIRETRIZES G3. **Directrizes para a Elaboração de Relatórios de Sustentabilidade**, 5 nov. 2014. Disponível em: <<https://www.globalreporting.org/resourcelibrary/Portuguese-G3-Reporting-Guidelines.pdf>>. Acesso em: 5 nov. 2014

GRI. G4 Diretrizes para Relato de Sustentabilidade. **Princípios para Relato e Conteúdos Padrão**. 2013. Disponível em: <<http://www.bmfbovespa.com.br/pt-br/a-bmfbovespa/download/GRI-G4-Principios-para-Relato-e-Conteudos-Padrao.pdf>>. Acesso em: 10 abril 2015.

HAHN, R.; LÜLFS, R. Legitimizing Negative Aspects in GRI-Oriented Sustainability Reporting: A Qualitative Analysis of Corporate Disclosure Strategies. **Journal of Business Ethics**, v. 123, n. 3, p. 401–420, set. 2014.

IBRACON, I. DOS A. I. DO B. **NPA 11 - Balanço e Ecologia**, [s.d.]. Disponível em: <<http://www.ibracon.com.br/ibracon/Portugues/detPublicacao.php?cod=124>>. Acesso em: 8 dez. 2014.

ISAR, U. **About International Standards of Accounting and Reporting (ISAR)**, 28 out. 2014. Disponível em: <[http://unctad.org/en/pages/DIAE/ISAR/About-International-Standards-of-Accounting-and-Reporting-\(ISAR\).aspx](http://unctad.org/en/pages/DIAE/ISAR/About-International-Standards-of-Accounting-and-Reporting-(ISAR).aspx)>. Acesso em: 28 out. 2014.



LEITE FILHO, G. A.; PRATES, L. A.; GUIMARÃES, T. N. Análise dos níveis de evidenciação dos relatórios de sustentabilidade das empresas brasileiras A+ do Global Reporting Initiative (GRI) no ano de 2007. **Revista de Contabilidade e Organizações**, v. 3, n. 7, p. 43–59, 2009.

LINDSTAED, Â. R. DE S.; OTT, E. Evidenciação de Informações Ambientais pela Contabilidade: um Estudo Comparativo entre as Normas Internacionais (ISAR/UNCTAD), Norte Americanas e Brasileiras. **Contabilidade Vista & Revista**, v. 18, n. 4, p. 11–35, 13 maio 2009.

NAKABIITO, S.; UDECHUKWU, D. **Factors influencing the degree of disclosure in sustainability reporting**: A study of Swedish companies using the GRI reporting guidelines. Master Thesis - Department of Management and Engineering: LinköpingsUniversitet, 2008.

ROCA, L. C.; SEARCY, C. An analysis of indicators disclosed in corporate sustainability reports. **Journal of Cleaner Production**, v. 20, n. 1, p. 103–118, jan. 2012.

ROVER, S. ET AL. Divulgação de informações ambientais nas demonstrações contábeis: um estudo exploratório sobre o disclosure das empresas brasileiras pertencentes a setores de alto impacto ambiental. **Revista de Contabilidade e Organizações**, v. 2, n. 3, p. 53–72, 10 jun. 2008.

ROVER, S. ET AL. Explicações para a divulgação voluntária ambiental no Brasil utilizando análise de regressão em painel. **Revista de Administração**, v. 47, n. 2, p. 217–230, 2012.

SHOCKER, A. D.; SETHI, S. P. An Approach to Incorporating Societal Preferences in Developing Corporate Action Strategies. **California Management Review**, v. 15, n. 4, p. 97, 1973.

WATTS, R. L.; ZIMMERMAN, J. L. Towards a Positive Theory of the Determination of Accounting Standards. **Accounting Review**, v. 53, n. 1, p. 112, jan. 1978.